



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

5266

Presidente da Mesa Diretora: Sebastião Wellington Pimenta de Figueiredo

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Criação de unidades municipais, conselhos, comissões, cargos, Consultoria jurídica, serviços, salas, núcleos, projetos culturais e outros

Autoria: Aurindo José Ribeiro

Data: 03/05/2001

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 33/2001. Cria a Política Municipal do Idoso e dá outras providências. (Referente à Lei nº 2.913, de 02/07/2001).

Controle Interno – Caixa: 07

Posição: 43

Número de folhas: 13

Espécie: PL
Categoria: criação
Cx: 07
Ordem: 13
nº fls: 10



33/2001

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº ____/2001

Lei Municipal Nº 2913, de 2 de julho de 2001
AUTOR: 2001

Vereador – Aurindo José Ribeiro

ASSUNTO:

Cria a Política Municipal do Idoso e dá outras providências.

MOVIMENTO

Entrada em 03/05/2001

- 1 - _____
- 2 - À Comissão de Legislação e Justiça.
- 3 - APROVADO EM REGIME DE URGÊNCIA
- 4 - CIA EM. 26.26.2001, SALVO EMEN
- 5 - DA - _____
- 6 - _____
- 7 - _____
- 8 - _____
- 9 - _____
- 10 - _____

Caixa



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

PROJETO DE LEI Nº _____/2.001

Cria a Política Municipal do Idoso e dá outras providências

A Câmara Municipal de Montes Claros-MG, aprova e eu, prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica criada a Política Municipal do Idoso, que tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade, e estabelece normas gerais para a sua adequada aplicação.

Art. 2º - A política Municipal do Idoso reger-se-á pelos seguintes princípios:

- I. A família e a sociedade em geral têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida;
- II. O processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos;
- III. O idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza;
- IV. O idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política;
- V. As diferenças econômicas, sociais, regionais e particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano de Montes Claros deverão ser objetivados pelo poder público e pela sociedade em geral, na aplicação desta Lei;

Art. 3º - Constituem diretrizes da política municipal do idoso:

- I. Viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso, que proporcionem sua integração às demais gerações;
- II. Participação do idoso através de suas organizações representativas, na formulação, implementação e avaliação das políticas, planos, programas e projetos a serem desenvolvidos;



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

- III. Priorização do atendimento ao idoso através de suas próprias famílias, em detrimento do atendimento asilar, à exceção dos idosos que não possuam condições que garantam sua própria sobrevivência;
- IV. descentralização das atividades e criação de organizações de idosos por bairro;
- V. Capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia na prestação de serviços;
- VI. Implementação de sistema de informações que permita a divulgação da política, dos serviços oferecidos, dos planos, programas e projetos em cada nível do governo municipal;
- VII. Estabelecimentos de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais do envelhecimento;
- VIII. Priorização do atendimento ao idoso em órgãos públicos e privados;
- IX. Apoio a estudos e pesquisas sobre as questões relativas ao envelhecimento.

Parágrafo único - Fica autorizado o poder público celebrar convênios com entidades que cuidam de idoso em Montes Claros.

Art. 4º - A política municipal de atendimento ao idoso será garantida através da criação do Conselho Municipal do Idoso – CMI.

Art. 5º - O Conselho Municipal do Idoso será órgão permanente, paritário e deliberativo, composto por 8 (oito) representantes dos órgãos e entidades públicas e de 8 (oito) organizações representativas da sociedade civil ligadas a área.

Parágrafo 1º - Os representantes do poder público são:

- I. Um representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação;
- II. Um representante da Secretaria Municipal de segurança e Direitos do Cidadão;
- III. Um representante da Secretaria Municipal de Cultura;



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

IV. Um representante da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer;

V. Um representante da Secretaria Municipal de desenvolvimento Assistência. Social;

VI. Um representante da Secretaria Municipal de Educação;

VII. Um representante da secretaria municipal de Saúde;

VIII. Um representante da secretaria municipal de Governo;

Parágrafo 2º - Os conselhos citados nos incisos I,II,III,IV,V,VI,VII,VIII, serão indicados pelo prefeito através de decreto, dentre pessoas com poderes de decisão no âmbito das respectivas secretarias.

Parágrafo 3º - Os representantes de organizações da sociedade civil serão eleitos em assembléia pelo voto das entidades de defesa e atendimento do idoso, em funcionamento no mínimo há 2 (dois) anos, com sede no Município.

Parágrafo 4º - A assembléia referida no parágrafo anterior terá atribuição de eleger, fiscalizar e destituir os membros do Conselho representantes da Sociedade Civil com o quórum mínimo de 2/3 (dois terços) das entidades cadastradas neste conselho.

Parágrafo 5º - A assembléia de eleição dos representantes referida no parágrafo 3º será convocada por uma comissão provisória, convocada pelo prefeito municipal, num prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Lei, através de edital publicado pela imprensa local, e terá como funções a convocação da assembléia, a fiscalização e apuração da eleição.

Parágrafo 6º - Os membros do Conselho e os respectivos suplentes exercerão mandato de 2 (dois) anos, admitindo-se a reeleição apenas por uma vez e por igual período.

Parágrafo 7º - A função de membro do Conselho é considerada de interesse público e relevante e não será remunerada.

Parágrafo 8º - A posse do Conselho Municipal do Idoso será dada pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo 9º - Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro do Conselho serão eleitos por seus pares, na primeira reunião.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Art. 6º - Compete ao Conselho de que trata o artigo anterior, a formulação, coordenação, supervisão e avaliação da política Municipal do Idoso:

- I. Opinar na formulação das políticas sociais básicas, em todo âmbito municipal, de interesse dos idosos.
- II. Deliberar sobre a conveniência, e oportunidade de implementação de programas e serviços, bem como sobre a criação de entidades governamentais ou não governamentais relacionado a causa dos idosos.
- III. Elaborar o seu regimento interno.
- IV. Solicitar as indicações para o preenchimento de cargos de conselheiros, nos casos de vacância e término de mandato.
- V. Propor modificações nas estruturas das secretarias e órgãos da administração, visando a promoção em defesa dos direitos dos idosos.
- VI. Opinar sobre o orçamento municipal destinando e ou assegurando recursos para o atendimento dos idosos.
- VII. Opinar sobre a destinação de recursos e espaços públicos para programações culturais, esportivas e de lazer para idosos.
- VIII. Proceder a inscrição de programas voltados para os idosos executados no município de Montes Claros.
- IX. Fixar critérios de utilização através de planos de aplicação dos recursos destinados ao atendimento dos idosos.
- X. Proceder identificação e registro das entidades que trabalham com idosos no município de Montes Claros.
- XI. Autorizar ou não o funcionamento de entidades não governamentais de atendimento aos idosos no município de Montes Claros.
- XII. Designar dia, horário e local de funcionamento do Conselho Municipal do Idoso.

Art. 7º - O Conselho Municipal do Idoso, manterá uma secretaria geral destinada ao suporte administrativo necessário ao seu funcionamento, utilizando-se de instalações e funcionários cedidos pela Prefeitura Municipal de Montes Claros.

Art. 8º - Na implementação da política Municipal do Idoso são competências dos órgãos e entidades públicas:

- I. Na área de promoção e assistência social:



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

- a) Prestar serviços e desenvolver ações voltadas para o atendimento das necessidades básicas do idoso, mediante a participação das famílias, da sociedade e de entidades governamentais e não governamentais;
- b) Estimular a criação de incentivos e de alternativas de atendimentos ao idoso, como centros de convivência, centros de cuidados diurnos, casas -lares, oficinas abrigadas de trabalho, atendimentos domiciliares e outros;
- c) Promover simpósios, seminários e encontros específicos;
- d) Planejar, coordenar, supervisionar e financiar estudos, levantamentos, pesquisas e publicações sobre a situação social do idoso.
- e) Promover a capacitação de recursos para atendimento ao idoso:

II. Na área de saúde:

- a) Garantir ao idoso a assistência à saúde, nos diversos níveis de atendimentos do Sistema Único de Saúde;
- b) Prevenir, promover, proteger e recuperar a saúde do idoso, mediante programas e medidas profiláticas;
- c) Adotar e aplicar normas de funcionamento às instituições geriátricas e similares, com fiscalização pelos gestores do Sistema Único de Saúde;
- d) Elaborar normas de serviços geriátricos hospitalares;
- e) Desenvolver formas de cooperação entre as secretarias de saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e entre os centros de referência em geriatria e gerontologia para treinamento de equipes inter-profissionais;
- f) Realizar estudos para detectar o carácter epidemiológico de determinadas doenças do idoso, com vistas a prevenção, tratamento e reabilitação;
- g) Criar serviços alternativos de saúde para o idoso.

III. Na área de educação:

- a) Adequar currículos, metodologia e material didático aos programas educacionais destinados ao idoso;
- b) Inserir nos currículos mínimos, nos diversos níveis do ensino formal, conteúdos voltados para o processo de envelhecimento, de forma a eliminar preconceitos e a produzir conhecimentos sobre o assunto;
- c) Desenvolver programas educativos, especialmente nos meios de educação, afim de informar a população sobre o processo de envelhecimento;
- d) Implantar meio permanente de alfabetizar idosos.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

IV. Na área de Trabalho e Previdência Social:

- a) Garantir mecanismos que impeçam a discriminação do idoso quanto a sua participação no mercado de trabalho, no setor público e privado;
- b) Priorizar o atendimento do idoso nos benefícios previdenciários;
- c) Criar e estimular a manutenção de programas de preparação para a aposentadoria de idosos com centro de informações;

V. Na área de habitação e urbanismo:

- a) Destinar, nos programas habitacionais, unidades em regime de comodato ao idoso, na modalidade de casas-lares;
- b) incluir nos programas de assistência ao idoso formas de melhoria de condições de habilidades e adaptação de moradias, considerando o seu estado físico e sua independência de locomoção;
- c) Elaborar critérios que garantam o acesso da pessoa idosa à habitação popular;

VI. Na área de justiça:

- a) Promover e defender os direitos da pessoa idosa;
- b) Zelar pela aplicação das normas sobre o idoso determinando ações para evitar abusos e lesões a seus direitos.

VII. Na área de cultura, esporte e lazer:

- a) Garantir ao idoso a participação no processo de produção, reelaboração e fruição dos bens culturais;
- b) Propiciar ao idoso o acesso aos locais e eventos culturais mediante preços reduzidos;
- c) Incentivar os movimentos de idosos e desenvolver atividades culturais;
- d) Valorizar o registro da memória e a transmissão de informações e habilidades do idoso aos mais jovens, como meio de garantir a continuidade e a identidade cultural;
- e) Incentivar e criar programas de lazer, esporte e atividades físicas que proporcionem a melhoria da qualidade de vida do idoso e estimulem sua participação na comunidade.

Parágrafo único – Todo cidadão tem o dever de denunciar à autoridade competente qualquer forma de negligência ou desrespeito ao idoso.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Art. 9º - Os recursos financeiros necessários à implantação destas ações serão consignados em orçamento municipal.

Art. 10º - Esta Lei será regulamentada pelo Prefeito Municipal no prazo de 90 (noventa) dias após sua publicação.

Art. 11 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal 03 de maio de 2.001.


Vereador - Aurindo José Ribeiro



AS COMISSÃO 12.06

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Emenda ao Projeto de Lei que Cria a Política Municipal do Idoso e dá outras providências.

Emenda Única – Altera o Art. 7º do Projeto de lei que Cria a Política Municipal do Idoso e dá outras providências; que passa a vigorar com a Seguinte Redação:

“Art. 7º - O Conselho Municipal do Idoso, manterá uma secretaria geral destinada ao suporte administrativo necessário ao seu funcionamento”.

Sala das Sessões da Câmara Municipal , 12 de junho de 2.001.


Vereador - José Hélio Guimarães

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 07 DE MAIO DE 2001

PRESIDENTE

Cláudio C. Guimarães

[Signature]

Cláudio Ven

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM _____ DISCUSSÃO POR
REGIME DE URGÊNCIA
EM 26 DE ABRIL DE 2001

PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA JURÍDICA/LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI N.º _____/2001 QUE "Cria a Política Municipal do Idoso e dá outras providências", de autoria do Vereador Aurindo José Ribeiro.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Jurídica da Câmara Municipal de Montes Claros - MG., para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

Referido projeto cria a Política Municipal do Idoso, visando assegurar os seus direitos sociais, para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

Nos termos do art. 69 do Regimento Interno da Câmara Municipal desta cidade, "...Compete à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, após juntada do parecer da Assessoria Jurídica da Câmara Municipal, manifestar-se sobre os assuntos submetidos a seu exame, quanto aos aspectos legal, jurídico e quanto à forma técnica de redação..."

FUNDAMENTAÇÃO

INICIATIVA/COMPETÊNCIA

A iniciativa é o impulso original da lei, que se faz através de projeto, podendo ser geral ou reservada (privativa).

No caso, trata-se de iniciativa geral, que compete concorrentemente a cada vereador, à Mesa Diretora ou comissão da Câmara, ao Prefeito ou à população, nos termos da lei, sendo a matéria de interesse local, de seu peculiar interesse, daí podendo-se afirmar que também cabe ao município a competência para legislar sobre a mesma, nos termos do art. 30, inc. I da Constituição Federal:

"Art. 30 - Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local"

CONCLUSÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 13 DE JUNHO DE 2001
PRESIDENTE

Emenda ao Projeto de Lei que Cria a Polícia Municipal do Idoso e da Juventude, que passa a vigorar com as seguintes providências.

Emenda Única - Altera o Art. 7º do Projeto de Lei que Cria a Polícia Municipal do Idoso e da Juventude, que passa a vigorar com as seguintes providências.

Art. 7º - O Conselho Municipal do Idoso, mantendo uma secretaria geral destinada ao suporte administrativo necessário ao seu funcionamento.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM _____ DISCUSSÃO POR
REGIME DE URGENCIA
EM 26 DE JUNHO DE 2001
PRESIDENTE

7-criador - José Hélio Guimarães



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

O Projeto de Lei não infringe princípios ou disposições constitucionais, nem tampouco normas superiores, pelo que é **CONSTITUCIONAL E LEGAL.**

É o parecer, *sub censuram*.

Montes Claros-MG., 09 de maio de 2001


ADRIANO BORÉM GUIMARÃES
ASSESSOR JURÍDICO DA CÂMARA MUNICIPAL.